

ARTIGO

*Cheikh Anta Diop e Raymond Mauny
Fronteiras Intelectuais e Disputa
Epistêmica na Gênese dos Estudos
Africanos (1940-1960)*

José Rivair Macedo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rio Grande do Sul | Porto Alegre | Brasil

joserivairmacedo@gmail.com

orcid.org/0000-0002-5931-5002

Na constituição do campo disciplinar dos estudos africanos de língua francesa na Europa e na África, os nomes de Raymond Mauny (1912-1994) e Cheikh Anta Diop (1923-1986) são referenciais de duas distintas tendências interpretativas, embora suas trajetórias tenham se desenvolvido em um mesmo cenário intelectual. No primeiro caso, encontramos um acadêmico com formação especializada e experiência de campo na África Ocidental, cujo trabalho foi amplamente reconhecido por seus pares, tendo exercido autoridade e influência na criação de linhas de investigação tanto no Senegal quanto na França. No segundo caso, encontramos um pesquisador com sólida formação teórica, que adotou uma perspectiva contestatória em relação aos cânones acadêmicos e foi fundador de alternativas afrocentradas de interpretação científica. O presente artigo busca demonstrar, em perspectiva comparada, a evolução das respectivas carreiras acadêmicas desses dois intelectuais de referência que, embora ocupassem posições sociais, intelectuais e políticas diversas, circularam pelos mesmos cenários urbanos, culturais e intelectuais em Dakar e em Paris durante os anos de 1940 a 1960, e transitaram pelos mesmos espaços e instituições de pesquisa, como o I.F.A.N. e a Universidade de Sorbonne. Contudo, essas trajetórias se deram em condições e posições desiguais e divergentes: um, como intelectual europeu branco na África, e o outro, como intelectual africano negro na Europa. A hipótese norteadora deste estudo é que ambos, cada um a seu modo, carregaram consigo as marcas do colonialismo e do racismo.

*Estudos africanos – historiografia africana – eurocentrismo –
afrocentrismo – disputa epistêmica*

ARTICLE

*Cheikh Anta Diop and Raymond Mauny
Intellectual Frontiers and Epistemic
Dispute in The Genesis of African
Studies (1940-1960)*

José Rivair Macedo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rio Grande do Sul | Porto Alegre | Brazil
joserivairmacedo@gmail.com
orcid.org/0000-0002-5931-5002

In the constitution of the disciplinary field of Francophone African studies in Europe and Africa, the names Raymond Mauny (1912-1994) and Cheikh Anta Diop (1923-1986) stand as references for two distinct interpretative trends, despite their trajectories unfolding within the same intellectual landscape. In the first case, we encounter an academic with specialized training and field experience in West Africa, whose work was widely recognized by his peers, exercising authority and influence in the creation of research lines both in Senegal and in France. In the second case, we find a researcher with a solid theoretical background, who adopted a contestatory perspective towards academic canons and founded Afrocentric alternatives for scientific interpretation. This article seeks to demonstrate, from a perspective comparative, the development of the respective academic careers of these two intellectual references who, although occupying diverse social, intellectual, and political positions, circulated within the same urban, cultural, and intellectual settings in Dakar and Paris during the 1940s to the 1960s, and navigated the same research spaces and institutions, such as the I.F.A.N. and the University of Sorbonne. However, these trajectories occurred under unequal and divergent conditions and positions: one as a white european intellectual in Africa, and the other as a black african intellectual in Europe. The guiding hypothesis of this study is that both, in their own ways, carried within themselves the marks of colonialism and racism.

*African studies – African historiography – eurocentrism – afrocentrism –
epistemic dispute*

Este trabalho defende que o campo dos Estudos Africanos não se caracteriza pela unidade, mas pela diversidade de pressupostos epistemológicos e seus consequentes desdobramentos nos enquadramentos (ou não) temáticos, conceituais, teóricos e metodológicos. Por isto consideramos fundamental a compreensão de que o conhecimento acerca do(a)s sujeitos(as) africanos(as) – do continente e, na perspectiva de alguns participantes do campo de estudos, da Diáspora Africana – não é tranquilo e nem consensual, mas constitui um campo em disputa (teórica, política, ideológica).

Porém, diferente do que pode parecer à primeira vista, não se trata apenas de identificar a autoria de pesquisas e supor que a vinculação dos(as) pesquisadores(as) à África e/ou à Diáspora Africana sejam suficientes para extrair maior veracidade, credibilidade e compromisso ético com os povos africanos. O problema diz respeito ao quanto os referenciais das culturas e sociedades evocadas orientam os procedimentos de análises. Diz respeito também aos referenciais políticos, culturais e raciais em que se baseiam ao considerar a validade das hipóteses, argumentos e interpretações desenvolvidas. Tem ainda que ver com os suportes institucionais (ou não) que lhes conferem reconhecimento e autoridade. Por estes motivos, as condições em que o conhecimento histórico foi produzido sugerem a existência de memórias disciplinares não apenas dissonantes, mas coetâneas e concorrentes entre diversos grupos de pessoas a quem é atribuída (ou não) autoridade para falar sobre o passado do continente.

A constituição do campo disciplinar dos estudos africanos e da História da África, ao coincidir com o período colonial no continente levanta a questão dos condicionantes do “colonialismo científico” e da “biblioteca colonial” de que fala V. Y. Mudimbe (2013), cuja principal consequência – ainda notada no campo acadêmico de investigação – é o controle dos meios de produção e difusão do conhecimento por grupos de especialistas que pretendem deter o monopólio da interpretação. Neste artigo, observaremos como isso se passou em domínio colonial francês através do estudo da trajetória intelectual e produção teórica de Cheikh Anta Diop e Raymond Mauny, dois nomes importantes nos estudos africanos “francófonos”, pelos quais será possível observar o peso da influência daquilo que o sociólogo Georges Balandier, ele próprio atuante no contexto a ser aqui examinado, denominou de “situação colonial” (Balandier 2011).

Trajetórias divergentes

Reconhecido com frequência pelos pesquisadores como um nome central na constituição do campo dos estudos históricos da África ocidental, Raymond Mauny (1912-1994) desembarcou em Dakar no ano de 1937, e na primeira década de sua experiência na África esteve a serviço da administração francesa em atividades governamentais, a partir de 1942. Enquanto isso, preparava uma tese de doutorado na Universidade de Poitiers sobre “*La question coloniale dans les rapports franco-italiens*” (A questão colonial nas relações franco-italianas) que foi defendida em 1947 (Boulegue 1994, 501).

No mesmo ano da defesa desta primeira tese, passou a integrar a equipe do Institut Français d’Afrique Noire (Instituto Francês da África Negra - I.F.A.N.) a convite do diretor da casa, Theodor Monod. Em 1949 começou a montar uma seção de arqueologia pré-histórica, atuando como assistente de pesquisa. Na década de 1950 os seus interesses se diversificaram e suas publicações trataram de temas variados em arqueologia pré-histórica e histórica, história e etnologia. Coube a ele, já como chefe da seção de Arqueologia, empreender pesquisas de campo em monumentos funerários (*tumuli*) do antigo Mali (Sanago; Coulibaly 2013, 104), chefiar missões e conduzir escavações no Sahel, Ténéré e Chade, além de visitar e interpretar o complexo palaciano dos antigos governantes (*tunka*) de Gana e os sítios da cidade yorubana de Ilé-Ifé (Mauny 1951; 1952; Bocoum; Becker 1995, 11-13). Sua expertise já era reconhecida por seus pares e o autorizava a emitir opiniões sobre as evidências materiais e as estruturas sociais de sociedades africanas antigas distantes geograficamente e diferentes daquelas que ele tinha maior familiaridade por suas atividades de campo, o que se observa em suas interpretações acerca das conexões entre a cidade swahili de Sofala e as sociedades do Grande Zimbábue

(Mauny 1959).

Com efeito, Mauny dispunha, como pesquisador, de um suporte institucional que lhe permitiu estabelecer parcerias com “africanistas” de outras metrópoles coloniais. Daí os contatos com os britânicos Bernard Fagg e Frank Willet, que atuavam em pesquisas arqueológicas sobre as antigas sociedades da Nigéria (Mauny 1952; Shaw 1981), e com o português Avelino Teixeira da Mota, da Junta de Estudos Ultramarinos, com quem dividiu a tarefa de editar e publicar fontes narrativas lusitanas da época da chamada “expansão marítima” (Diogo Gomes; Duarte Pacheco Pereira; Manuscrito Valentim Fernandes) (Mauny 1949, 1961). Foi a convite de Teixeira da Mota que ele participou em Bissau da *Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais* em 1953, onde apresentou uma comunicação sobre as potencialidades de pesquisa dos acervos documentais do I.F.A.N. Suas próprias descobertas, interpretações e críticas aparecem em dois meios de divulgação desta instituição: o magazine de divulgação *Notes Africaines* e o periódico acadêmico *Bulletin de l'I.F.A.N.*

Os resultados alcançados ao longo deste tempo foram sintetizados em duas teses de doutorado defendidas junto a Universidade de Sorbonne em 1959 sob a orientação de Charles-André Julien, perante uma banca examinadora composta, entre outros, pelo medievalista Michel Mollat e por Theodor Monod – que, conforme apontado acima, era o seu diretor no I.F.A.N. A tese principal foi publicada pelo I.F.A.N. em 1961 sob o título *Tableau géographique de l'Ouest Africain au Moyen Age* (Quadro geográfico da África Ocidental na Idade Média), e logo se tornou referência para o estudo das sociedades sahelianas e saarianas do período anterior ao século XVI por sua visão de conjunto articulada e o alcance documental das fontes consultadas (Moniot 1962; Péhaut 1962). Bem menos conhecida e quase não citada é a tese complementar que foi publicada pelo Centro de Estudos Históricos Ultramarinos de Lisboa intitulada *Les navigations médiévales sur les côtes sahariennes antérieures à la découverte portugaise* (As navegações medievais no litoral saariano anteriores à descoberta portuguesa) (Mauny 1960).

As obras apresentadas como tese, de dimensão, alcance e objetivos distintos, carregam consigo um aparente paradoxo: na complementar, sobre as “navegações medievais”, as implicações da ideia de Idade Média dizem respeito ao continente europeu e seus marítimos e exploradores; já na tese principal a expressão “Idade Média” extrapola o espaço e tempo a que diz respeito originalmente, sendo transportada e projetada nas realidades geográficas e históricas africanas sem qualquer explicação plausível ou coerente, num jogo provável de assimilação de tempos e dinâmicas específicas da área subsariana aos ditames dos regimes de historicidade ocidentais – lembrando que o assimilacionismo é um dos traços distintivos do colonialismo científico. De modo que, conquanto Raymond Mauny não tenha sido o “inventor” de uma “Idade Média africana”, contribui de modo significativo para chancelar esta concepção difundida no período colonial por autores como Maurice Delafosse e Charles Monteil, tornando comum esta concepção junto aos círculos acadêmicos posteriores.

Em vários aspectos as condições em que se deram a formação universitária e titulação acadêmica de Cheikh Anta Diop (1923-1986) diferem da que acaba de ser apresentada. No caso de Mauny, o aparato institucional do colonialismo facilitou os estudos e garantiu espaços de interlocução, debate e divulgação de conhecimento acumulado sobre os africanos, em nome da ciência. Já no caso do intelectual senegalês, quando este pretendeu formular conhecimentos a partir de um ponto de vista africano, o mesmo aparato institucional serviu de obstáculo na qualificação e validação de um pensamento que reivindicava reconhecimento e autonomia para a África.

Nascido na aldeia de Keitou, nas proximidades da cidade de Diourbel, no interior da atual República do Senegal, Diop pertencia a uma importante família local vinculada à *tariqa* (confraria) dos múridas. Concluiu o ensino secundário no Liceu Van-Vollenhouen, em Dakar, e em 1946 foi para Paris, onde frequentou cursos de filosofia, história e linguística na Universidade de Paris, ampliando a sua formação com estudos de matemática, química, física e arqueologia em diversas instituições de ensino (Asante 2012, 215). Ao mesmo tempo, envolveu-se na luta anticolonial, atuando como líder do movimento estudantil africano onde ocupou entre os anos 1951-1953 o cargo de Secretário Geral da Association des Étudiants

RDA (Associação de Estudantes RDA), grupo de orientação pan-africanista e marxista vinculado à Fédération des Étudiants d'Afrique Noire en France – FEANF (Federação dos Estudantes da África Negra na França) (Bianchini 2004, 63).

Notam-se já aqui os contornos políticos e intelectuais de um saber de tipo crítico e militante cujo objetivo ia de encontro aos regimes narrativos estabelecidos ao pretender colocar em questão pressupostos consensuais que contribuíam para a manutenção de um *status quo* acadêmico (Lamy 2018) e que em última instância sustentava a ideia da superioridade inata dos colonizadores. O tipo de conhecimento acionado e difundido por Diop encontrava sua razão de ser na mobilização política em prol da libertação política e mental dos africanos. Deve-se a ele já em 1948 a proposição inicial dos imperativos de um Renascimento Africano, e os seus estudos publicados nas décadas de 1950-1960, todos pela Editora Presence Africaine – principal veículo de divulgação do movimento da Negritude francesa –, advogam por diferentes meios alternativas libertárias pan-africanas.

Provavelmente por isso mesmo, no meio universitário francês os seus estudos vieram a ser considerados “polêmicos”. Em 1951 apresentou uma tese de doutorado sob a orientação do filósofo Gaston Bachelard, intitulada *L'avenir culturel de la pensée africaine* (O futuro cultural do pensamento africano), que foi rejeitada. Uma segunda proposta de tese sobre as origens do Egito no período pré-dinástico, sob a orientação do etnólogo Marcel Griaule, também acabou por ser recusada em virtude da ausência de uma banca que se dispusesse a examiná-la. Os materiais destes trabalhos, transformados em livro, foram publicados em 1955 com o título *Nations nègres et culture. De l'Antiquité nègre égyptienne aux problèmes culturels de l'Afrique Noire d'aujourd'hui* (Nações negras e cultura. Da Antiguidade negra egípcia aos problemas culturais da África Negra atual), considerado por Aimé Césaire, um dos principais teóricos do movimento da Negritude, como o livro “mais ousado que um negro escreveu até agora e que contará, sem dúvida, no despertar da África” (Césaire 1978, 41-42).

Mas, afinal, de que ousadia se trata? Porque *Nations nègres et culture* é visto desde a sua publicação como um livro subversivo e contestatário por leitores africanos do continente e da diáspora negra, e considerado nos meios acadêmicos convencionais obra sem fundamentação científica, de caráter ideológico e militante – apodos que contribuem para sua desqualificação? Dividido em duas partes, tem como eixo de análise da primeira as origens dos povos egípcios em sua vinculação com a África negra, que explicaria o caráter negro-africano de sua civilização; e, na segunda, aborda os problemas culturais das sociedades negro-africanas, os componentes de sua identidade cultural e as condições para sua independência política. Ainda que toda a obra assente em pressupostos anticolonialistas, foi a parte inicial e a tese do “Egito negro” que gerou e alimentou toda a polêmica, vindo a constituir uma “heresia” para os detentores do monopólio do saber acadêmico.

Cumprе assinalar que, ao contrário do que comumente se pensa, a ideia dos vínculos entre o Egito e a África negra não foi apresentada pela primeira vez por Diop e nem despertava críticas ou objeções. Escritores e pesquisadores de diferentes épocas e lugares, como o erudito yorubá Samuel Johnson (1846-1901), o erudito senegalês Yoro Diao (1847-1919), Maurice Delafosse (1870-1926) e o antropólogo Luc de Heusch, entre outros, também o fizeram de alguma maneira sem por isto terem sido contestados (Delafosse 1901; Heusch 1958; Lam 1991; Agai 2016). Que o Egito antigo tenha sido uma matriz civilizacional para a África subsaariana não parecia constituir problema porque essa assertiva estava em conformidade com o principal pressuposto do colonialismo científico, a “hipótese camítica”, ocorrência analítica de cunho racista muito frequente na explicação dos processos históricos das formações políticas antigas da África. Baseava-se na ideia inspirada sobretudo nos estudos do médico e etnólogo britânico Charles Gabriel Seligman, autor do livro *The races of Africa* (As raças da África), de 1930, da existência de uma superioridade inata de populações estrangeiras mais claras, pertencentes ao grupo outrora mencionado como “camita”, sobre populações nativas mais escuras (Sanders 1969).

A “heresia” dos argumentos de Diop, para uns, ou a ousadia a que Aimé Césaire se referia, é que, em bases eminentemente acadêmicas, a equação em geral aceita foi alterada por uma nova, a de que as origens da civilização egípcia seriam negras, isto é, que os povos que deram origem aos egípcios pertenciam a culturas negro-africanas da região dos Grandes Lagos, e não o contrário como em geral se

admitia. Ao enunciá-la, o que passava a estar em causa era a própria natureza do conhecimento histórico sobre a África, uma vez que os regimes discursivos hegemônicos, ao descontextualizar o Egito e não tratar de sua identidade racial, eram denunciados por ele como promotores de uma “falsificação histórica”. A demonstração do vínculo entre a África negra e o Egito permitiria, segundo ele, uma reconciliação dos africanos com sua própria história, numa temporalidade longa cuja continuidade conferia ao continente uma unidade cultural profunda (Byogo 2012; Fogou 2013).

A busca das condições para a unidade da África negra conferiu ao pensamento de Diop um caráter pan-africano, que ele defendeu através da ideia de uma libertação cultural e intelectual. Em sua concepção, um Renascimento Africano apenas poderia ter lugar pelo retorno vivificante das antiguidades egípcio-núbias negras e pela restauração das línguas africanas como línguas de cultura, que pudessem recuperar o obscurantismo imposto pelo colonialismo no continente (Nziem 1995, 250). A alternativa pan-africana de uma ação coordenada por lideranças cultural e politicamente identificadas com as aspirações comuns dos africanos em face dos interesses e pressões coloniais e neocoloniais foi tema de uma de suas obras menos conhecidas, intitulada *Les fondements économiques et culturels d'un état fédéral d'Afrique Noire* (Os fundamentos econômicos e culturais de um estado federal da África Negra), publicada em 1960. A ideia já se encontrava antecipada desde a primeira edição de *Nations nègres et culture*, em cujo prefácio, escrito em 1955, lê-se:

Torna-se claro que só a existência de Estados africanos independentes federados no seio de um governo central democrático [...] permitirá aos africanos se desenvolver plenamente e dar o melhor de si em todos os diferentes domínios da criação, de se fazer respeitar – e amar –, de acabar com todas as formas de paternalismo, de virar uma página da filosofia, de fazer a humanidade progredir ao tornar possível uma fraternidade entre os povos e estados independentes e na mesma condição, e não como dominantes e dominados (Diop 1979, 18).

A restituição de uma consciência histórica endógena, duradoura e dinâmica que identifica o Egito antigo como um centro inaugural chocava-se com outro elemento essencial daquilo que Jean Chezeaux qualificou como “armadilhas do quadripartismo histórico” da perspectiva imperialista e eurocêntrica (1995, 95). A inquestionável anterioridade da civilização egípcia e sua influência sobre o mundo grego – núcleo irradiador da consciência histórica ocidental –, até então tratado em termos raciais não declarados, mas muito familiares ao universo racial branco, sofreu um abalo ao ser identificada com uma matriz negra, e o debate que se seguiu e que persiste até o presente assume um tom racial – como aconteceu também com as interpretações de outros autores que postularam esta perspectiva invertida das relações de influência cultural, como George G. M. James e Martin Bernal (Sagredo 2017). A ideia de que a razão pudesse ter sua origem associada a culturas negras, em um contexto colonialista e racista, era suficiente para provocar o “escândalo” que as teses de Diop representaram para o mundo branco quando foram enunciadas (Ela 2012, 56).

Em conhecida definição, a branquidade é apresentada como um “lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo” (Frankenberg 2004). Na perspectiva dos “estudos críticos sobre a branquitude”, pode-se dizer que as teses diopianas afetaram pontos nevrálgicos da representação da identidade branca: primeiro, ao privar os seus representantes do monopólio da interpretação das relações raciais, retirando-lhes um referencial de superioridade racial poderoso que era o Egito; depois, ao forçar os intelectuais brancos a sair da “invisibilidade” e “neutralidade” e assumir uma posição no debate sobre a dimensão racial na história; por fim, ao ameaçar a posição de superioridade branca na explicação da evolução histórica da humanidade.

Nos anos finais da década de 1950 Diop deu continuidade aos estudos acadêmicos e direcionou esforços para outros temas, mas sempre em perspectiva comparada entre uma matriz negro-africana e uma matriz branco-europeia, que resultaram na tese de doutorado intitulada *Étude comparé des systèmes politiques et sociaux*

de l'Europe et d'Afrique Noire, de l'Antiquité à la formation des Etats modernes (Estudo comparado dos sistemas políticos e sociais da Europa e da África Negra, da Antiguidade à formação dos Estados modernos), sob orientação do pré-historiador André Leroi-Gourhan, do College de France. A tese complementar foi consagrada aos *Domaines du patriarcat et du matriarcat dans l'Antiquité classique* (Domínios do patriarcado e do matriarcado na Antiguidade clássica). Estes textos serviriam de base para a publicação de dois outros livros de sua autoria: *Afrique Noire precoloniale: étude comparé des systèmes politiques et sociaux de l'Europe et d'Afrique Noire, de l'Antiquité à la formation des Etats modernes* (África Negra pré-colonial: estudo comparado dos sistemas políticos e sociais da Europa e da África Negra, da Antiguidade à formação dos Estados modernos) e *L'Unité culturelle de l'Afrique Noire* (A Unidade cultural da África Negra) *L'Unité culturelle de l'Afrique Noire* (A Unidade cultural da África Negra) *L'Unité culturelle de l'Afrique Noire* (A Unidade cultural da África Negra), publicados respectivamente em 1960 e 1959.

Nessas obras, pode-se detectar a adoção de um método formal de análise pelo qual o autor procura estabelecer, em sua globalidade, as dinâmicas do mundo africano em sua linearidade e em sua continuidade (Ndiaye 1999, 238). A análise visa detectar nas estruturas político-sociais pré-coloniais fatores de estabilidade e traços particulares das organizações administrativas, judiciárias, econômicas, militares, do trabalho, o nível técnico, migrações e formação dos povos e das nacionalidades, visando reforçar o sentimento de unidade cultural. Aos argumentos de base dedutiva e indutiva, afirmam-se interpretações por meio de análise comparativa entre elementos comuns das estruturas sociais africanas antigas, e que são confrontadas aos elementos das estruturas sociais greco-romanas e medievais europeias (Fonkoué 2005). Além disso, Diop recusa as definições consensuais de periodização do “quadripartismo histórico” europeu e introduz a denominação de “África pré-colonial” para designar as realidades históricas autóctones do continente (Galitzine-Loumpet 2011, 21; Ndiaye 1999, 240).

Registre-se que Diop fez parte de uma geração de historiadores e cientistas sociais africanos que buscavam em seus estudos autonomia discursiva e reivindicação de espaço de enunciação de percepções descolonizadas da história. Entretanto, suas perspectivas de análise diferem das de outros intelectuais coetâneos, como o nigeriano Kenneth Onwuka Dike, autor de *Trade and politics in the Niger Delta, 1830-1885* (Comércio e política no Delta do Níger, 1830-1885), de 1956, o senegalês Abdoulaye Ly, autor de *La compagnie du Senegal* (A companhia do Senegal), de 1958, e mesmo o burquinense Joseph Ki-Zerbo em seu período de formação, cujos trabalhos continuavam a se enquadrar na forma e estrutura dos historiadores convencionais, profissionais, sendo direcionados aos problemas políticos e sociais mas respeitando a temporalidade e a cronologia estabelecida (Duluq 2009, 275-276; Brito 2015, 53-55). No seu caso, a radicalidade da abordagem sociocultural e econômica e a multiplicidade de disciplinas envolvidas nas pesquisas certamente contribuíram para dificultar a aceitação de suas teses pelo *status quo* acadêmico.

Tomando por base as informações da historiadora francesa Sophie Duluq, é possível ter uma ideia do transcurso da defesa da tese de doutorado de Diop em 1959. A diversidade dos campos disciplinares levou a que a banca examinadora fosse composta por especialistas de diferentes formações acadêmicas e diferentes posições acadêmicas: André Aymard (especialista em Antiguidade grega e decano da Faculdade de Letras), Roger Bastide (sociólogo, com especialização em estudo das religiões afro-brasileiras), Hubert Deschamps (historiador) e Georges Balandier (sociólogo com especialização em África negra contemporânea). Após seis horas de debates em meio a um auditório lotado, que contava inclusive com a presença de jornalistas, a banca aprovou o trabalho atribuindo-lhe a menção “*honorable*”, considerada medíocre, o que, segundo a historiadora, serviu de pretexto para bloquear o acesso de Diop ao ensino na França (Duluq 2009, 275). Como se verá adiante, por outros motivos ele também viria a ser isolado e marginalizado na estrutura universitária do Senegal após a independência.

Africanistas franceses e “história local”

Nas décadas de 1940-1950, quando as respectivas carreiras de Mauny e Diop foram traçadas, suas diferentes posições em relação ao colonialismo, um na condição de colonizador e outro na condição de colonizado, condicionaram as suas escolhas, rumos e possibilidades de atuação. Trata-se agora de saber em que medida a mudança de estatuto político-social no período das emancipações e de constituição dos estados-nações pós-coloniais modificou ou não as regras do jogo na constituição do campo institucional dos estudos africanos, criando ou não outras perspectivas de pensar o passado.

Uma aparente transformação teve que ver com a ampliação da presença de intelectuais africanos nas instituições de ensino e pesquisa, o que se observa na composição dos quadros da Universidade de Dakar, fundada em 1957, e na mudança de nome do I.F.A.N., que na metade dos anos 1960 passou a se chamar *Institut Fondamental* (em vez de “*Français*”) *de l’Afrique Noire* (Instituto Fundamental da África Negra). Os cargos de direção dessas instituições acadêmicas foram gradualmente entregues aos senegaleses mas isso não quer dizer que a influência de pesquisadores franceses tenha diminuído ou que a influência do modelo universitário francês tenha desaparecido.

A reescrita da história africana, tema considerado prioritário na agenda dos novos governantes dos estados africanos, motivou a organização de congressos internacionais nos primeiros anos da década de 1960, momento a partir do qual intelectuais africanos, com o apoio e o financiamento da Organização da União Africana (OUA) e da UNESCO desenvolveram o projeto de elaboração da coleção *História Geral da África*, iniciativa transnacional que se estendeu até o fim da década de 1990 e que tem continuidade no presente (Barbosa 2012; Maurel 2014). Enquanto isso, antigos ocupantes de postos administrativos e intelectuais no período colonial transferiram sua *expertise* para os centros acadêmicos parisienses, de onde continuariam a formar as primeiras gerações de historiadores africanos. Em 1962 era criada a disciplina de História da África Negra na Universidade de Sorbonne, a cargo de Hubert Deschamps, que em 1970 coordenou a obra coletiva e de síntese *Histoire Generale de l’Afrique Noire* (História Geral da África Negra). Logo depois, Henri Brunschwig começou a ministrar seminários de História da África na École Pratique des Hautes Études (Escola Prática de Altos Estudos), passando a exercer uma influência de tipo “mandarinal” que as estruturas centralizadas da universidade francesa permitiam (Michel 1997, 83; Duluq 2009, 259-269).

Raymond Mauny representa bem a geração de africanistas franceses que atuaram como “intermediários” entre as ex-colônias e a ex-metrópole no período de desmontagem e transferência do aparelho institucional em vigor no colonialismo. Ele continuou muito presente junto ao I.F.A.N., participando na publicação de artigos e resenhas nas revistas do instituto, mas o melhor de seus esforços se concentrou na Sorbonne, onde lecionou de 1962 em diante a disciplina de “História da África pré-colonial: das origens a 1600” (Galitzine-Loumpet 2011, 20) e onde, junto com Georges Balandier (Sociologia Atual da África Negra) e Hubert Deschamps (História contemporânea), fundou o Centre de Recherches Africaines (Centro de Pesquisas Africanas). Entre os objetivos prioritários para a existência deste núcleo acadêmico, estavam: 1) a redação de manuais escolares; 2) a criação de cátedras de História Africana em Paris, Dakar e Argel, entre outros locais; 3) reuniões e congressos de história africana em Paris; 4) subvenções a pesquisadores e a formação de historiadores africanos; 5) a criação de um instituto central de pesquisas em Paris (Mauny 1964).

O que aparece enunciado nos objetivos acima citados foi aos poucos sendo posto em execução. Logo após a independência do Senegal, Mauny, em parceria com Jan Vansina e Louis-Vincent Thomas, organizou em Dakar, em 1961, o congresso internacional *The historian and tropical Africa* (O historiador e a África tropical). O tema principal então tratado recebeu o nome de etno-história pré-colonial, e os debates giraram em torno dos métodos específicos para a investigação e explicação do passado de povos sem escrita, com a valorização das tradições orais e o recurso às “ciências auxiliares”, como a Arqueologia, a Etnologia e a Linguística (Stokes 1965). Vistas como documentos históricos, as tradições orais africanas, segundo os participantes do congresso, deveriam ser submetidas a uma rigorosa

crítica externa e interna, nos termos da análise acadêmica. Elas precisariam ser codificadas, distinguidas da “simples transmissão”; recolhidas por “autóctones” previamente formados na arte da recolha dos testemunhos orais sob a orientação de pesquisadores especializados, pois “só este último procedimento poderá conciliar a dupla necessidade da urgência e do rigor” (Vansina; Mauny; Thomas 2018, 7).

O posicionamento dos participantes do colóquio de Dakar em relação ao que denominam de “história local” é meramente analítico, e os africanos são vistos meramente como objetos de estudo. Em um trabalho de “psicossociologia do conhecimento histórico” o pesquisador Louis-Vincent Thomas distingue o que ele classifica como uma concepção científica da história, marcada pela objetividade, positividade, pela recusa de visões mitificadas, feita por “técnicos especialistas”, de outras concepções observadas entre os africanos, fossem as atitudes esotéricas ou populares, fosse uma “concepção mítica do passado”, que seria orientada por necessidades políticas e culturais contemporâneas onde mesclavam-se o tempo concreto, científico, e um tempo mítico, não sujeito às exigências da verdade. Aqui o autor inseriu os ideais da Negritude defendidos por Léopold Senghor. Nas deliberações gerais do evento, a Negritude é considerada como um “mito moderno, sem valor heurístico e status”, como uma moda, um tipo de “culturalismo eivado de pragmatismo político, polêmico e meramente reivindicativo (Vansina; Mauny; Thomas 2018, 24). Eis como Louis-Vincent Thomas avalia a modalidade que ele denominava “concepção utópica moderna”:

Ela espousa a forma de uma filosofia sintética da história (mito-narração) quando não é apenas imagem (Negritude); mas o que o mito cosmológico ou metafísico exprimia de maneira intemporal, ela o revela em um futuro irreversível. Sua sobrecarga emocional é evidente (a história é paixão, diz-se, ou não é nada). Que ela esteja polarizada no presente (busca da Independência) ou que ela trace um ideal futuro (realização da grande unidade africana), sua dimensão pragmática acaba se sobressaindo acima de toda outra determinação (Thomas 2018, 362).

Além do sentido prescritivo, hierarquizante e excludente em relação ao poder de definição na elaboração do conhecimento histórico pelos “autóctones”, observa-se também aqui a preocupação com a definição de programas escolares e a preparação de manuais escolares adequados à opinião dos congressistas. Isto parece bem evidente nas posições defendidas por Mauny, para quem, em última instância, era necessário garantir a qualidade científica e a definição de conteúdos a serem ensinados aos africanos que estivessem em conformidade com os princípios da objetividade histórica, desprovidos de elementos ideológicos e do que considerava “erros” de interpretação. Para ele esta base deveria ser fornecida por especialistas em história radicados na França, a quem competia o papel de formar os primeiros docentes e pesquisadores africanos: “era o dever da França criar, em solo metropolitano, o *Centre de Recherches Africaines* que o seu papel cultural eminente e incontestável na África lhe impunha, ainda mais porque desde a descolonização suas universidades e institutos de pesquisa locais passam pouco a pouco, como é normal, aos novos estados” (Mauny 1964, 272).

Esta aparente tutela intelectual transparece quando se leva em conta a maneira pela qual foi gerida a implementação dos programas de ensino nos países francófonos da África ocidental. Em 1965 diversos ministros de educação africanos reuniram-se em Bamako com o ministro francês Raymond Triboulet para discutir a elaboração de programas escolares, havendo consenso quanto a necessidade de uma “africanização” do conteúdo de história e geografia. A França se dispôs a fornecer pessoal qualificado para ocupar postos de ensino desde as séries iniciais até o curso universitário. No mesmo ano, em uma conferência em Abidjan, na Costa do Marfim, um grupo de especialistas, sob a presidência de Amadou Mahtar Mbow, encarregou Jean Devisse, Joseph Ki-Zerbo, Hubert Deschamps e Yves Person a elaborar os programas de história a serem desenvolvidos nos anos 1965-1966 e que dariam origem a manuais didáticos publicados pelas editoras Hatier e Nathan. Um dos debates acalorados durante o evento dividia opiniões sobre a pertinência da personagem Joana d’Arc vir a fazer parte do conteúdo das aulas de história na África ocidental (Seck 2007-2008, 105).

Debate acadêmico e fronteiras intelectuais

A postura anticolonial e a militância em defesa do pan-africanismo de Cheikh Anta Diop, bem como suas divergências políticas com Léopold Senghor, presidente do Senegal no período de 1960-1980, dificultaram sua inserção acadêmica após o retorno ao país recém-independente. A rivalidade entre eles teve peso importante na sua marginalização e perseguição pessoal, inclusive com a prisão temporária de Diop em 1962. Dois dos partidos que este fundou, o *Bloc des Masses Senegalaises* (Bloco das Massas Senegalesas - BMS), em 1960, e o *Front National Senegalais* (Frente Nacional Senegalês - FNS), em 1963, foram dissolvidos pelo governo senghoriano que logo instituiu um regime de partido único (Tine 2005). A principal consequência do ostracismo político foi o bloqueio ao acesso no quadro docente da Universidade de Dakar durante duas décadas (Diop 2012, 106). Diop foi admitido como Professor Associado na Faculdade de Letras e Ciências Humanas em 1981, por ocasião do governo do presidente Abdou Diouf. Só então, nos cinco derradeiros anos de sua vida, ele encontrou as condições efetivas para orientar pesquisas em arqueologia e história africana.

Junto aos seus estudos em Ciências Humanas, Diop se especializou em Química e em Física Nuclear sob orientação do Prêmio Nobel em química Frédéric Joliot-Curie. Esta formação teórica diferencial lhe permitiu propor e supervisionar a criação junto ao I.F.A.N. de um Laboratório de Radiocarbono, passando a gerenciá-lo e supervisioná-lo a partir de 1966, data do início de suas operações, tendo sido contratado como Assistente de Pesquisa (Gnonsea 2003, 188). As possibilidades, inovadoras para a época, de datação por Carbono 14, abriram-lhe várias frentes de pesquisa em Pré-História, Geologia, Climatologia e Física Nuclear, além de lhe permitir aprofundar a análise de múmias egípcias em um Laboratório de Arqueologia Africana que ele fundou (Duluq 2009, 275; Brito 2020).

No livro *Le laboratoire du radiocarbon de l'I.F.A.N.* (O Laboratório de Radiocarbono do I.F.A.N.) ele apresenta uma descrição das instalações e do funcionamento (climatização), bem como as atividades desenvolvidas no espaço de pesquisa científica que dirigiu durante vários anos em Dakar, com indicações sobre a montagem, instalação e coleta de dados e estudos realizados entre 1966-1967. Entre as atividades desenvolvidas, menciona as pesquisas sobre manifestações culturais do *homo sapiens*; o programa de estudo geológico do período quaternário na África; o programa de estudos de oceanografia, das águas fósseis e dos lençóis freáticos; o estudo e controle da radioatividade atmosférica e da vegetação desde 1950; o estudo de biologia animal e vegetal; o estudo da dupla coroa cósmica e atividade solar; as medidas de correlação angular e de coeficiente de correlação interna pelo método das coincidências; estudos sobre radioatividade, sobre a ativação neutrônica e espectro de energia; estudos de física nuclear; estudos de meteoritos e reação nuclear; estudos de fósseis (humanos e animais) e análise da composição química de metais (Diop 1968, 22-23).

A difusão de suas teses ganhou maior fôlego em 1969, quando teve início uma frutuosa parceria com o então jovem intelectual nascido no Congo-Brazzaville, Théophile Obenga, e quando, logo depois, passou a integrar o Comitê Científico Internacional da UNESCO para a redação da *História Geral da África*. A pedido de ambos foi realizado em 1974 no Cairo o colóquio internacional *Le peuplement de l'Égypte ancienne et le déchiffrement de l'écriture méroïtique* (O povoamento do Egito antigo e a decifração da escrita meroítica), e coube a ele a redação do primeiro capítulo do volume 2 da coleção, sobre as origens dos antigos egípcios. Suas relações com Gamal Mokhtar, coordenador geral do volume, não foram tranquilas desde 1971, em parte por ele não ser considerado um “historiador profissional” (Maurel 2014, 721; Barbosa 2012, 95-98). A divergência entre ambos transparece no final da redação do texto de Diop, onde consta a seguinte nota explicativa escrita pelo coordenador: “Os argumentos apresentados neste capítulo não foram aceitos por todos os especialistas interessados no problema” (Diop 2011, 36). Também aqui suas hipóteses e interpretações geraram reações e não produziram consenso, dividindo opiniões.

Rejeitada ou questionada nos meios acadêmicos, a obra de Diop recebeu diversas críticas em resenhas e comentários feitos por Jean-Suret Canale (1961), Jean Duvignaud (1960), Jean Devisse (1965), Serge Sauneron (1970), Louis-Vincent

Thomas (1971), Jean Leclant (1972), Maxime Rodinson (1972), Jean-Louis Calvet (1974), Pierre Fougeyrollas (1977), Maurice Houis (1980) e Bado Negila (1982), entre outros (DIOP, 1968, 231-279; DIENG, 1989, 151-157). As avaliações oscilaram entre a condescendência e o desprezo de Robert Cornevin e a condenação aberta de Jean-Suret Canale, que o acusou de querer “enegrecer o Egito a todo custo” sem critérios científicos razoáveis, mas baseando-se em especulações (Ndiaye 1999, 236-237). De imediato chama atenção o fato de que as reações acaloradas tenham ocorrido a partir de 1960, ano da titulação de Diop como doutor pela Sorbonne, e que o epicentro da crítica seja o conteúdo da primeira parte de *Nations nègres et culture*, cujo texto tinha sido recusado como tese, e não o texto de *Afrique Noire précoloniale: étude compare des systèmes politiques et sociaux de l'Europe et d'Afrique Noire, de l'Antiquité à la formation des Etats modernes* – obra que, defendida como tese, permanece muito pouco debatida na produção diopiana. Outro aspecto merece ser sublinhado: as críticas provinham em sua maior parte de pesquisadores franceses, e, nos primeiros tempos, por aqueles radicados em Dakar ou envolvidos com o ensino e a pesquisa no Senegal, vinculados sobretudo ao I.F.A.N., entre os quais estavam Raymond Mauny, autor da mais extensa e detalhada resenha crítica.

Não cabe aqui analisar de modo detalhado a resenha que o arqueólogo e historiador francês publicou no Bulletin de l'I.F.A.N. sobre a obra de Diop, que abrange a uma só vez os dois livros resultantes das teses e um artigo publicado com o ilustrativo título *Les intellectuels doivent étudier le passé non pour s'y complaire mais pour y puiser des leçons* (Os intelectuais devem estudar o passado não para se deleitar, mas para aprender com ele), publicado na revista *La Vie Africaine* (v. 2, n. 6, 1960). Foi este último artigo, de duas páginas, que condensava uma palestra ministrada logo depois da defesa da tese, que motivou Mauny a se manifestar publicamente sobre a qualidade e o mérito das obras de Diop. Sua intenção declarada era ser didático e, de modo explícito, corrigir as pretensões acadêmicas de alguém que, desde a juventude, mostrava-se rebelde e teimava em não seguir os “conselhos” de seus professores, insistindo na defesa de suas próprias ideias. Com a defesa da tese, em vez de ‘por água em seu vinho’ Diop demonstrou, na palestra que deu origem ao artigo acima indicado, manter-se fiel às suas posições anteriores – provavelmente as mesmas apresentadas em *Nations nègres et culture* –, e Raymond Mauny sentenciou:

Ora, o que era permitido a um estudante ou a um professor de liceu já não o é mais ao doutor, que com o seu título pode começar a ensinar na Universidade. Assim, malgrado toda a simpatia que tenho pelo autor, conforme é público e notório, considero que é o meu dever, em que pese o mal que isso possa fazer a ele ou a mim, de dizer em alto e bom som o que outros não dizem por polidez ou qualquer outro motivo (Mauny 1960, 545).

Conforme informado acima, não se coloca como objetivo o exame detalhado da resenha, e sim os sentidos gerais dos argumentos e críticas que aí aparecem enunciados em tom de um falso paternalismo, com sucessivos “reparos” conceituais e indicações de “limites” na interpretação dos dados arqueológicos, dos textos dos autores gregos e dos eruditos modernos que escreveram sobre a composição racial do Egito e/ou sobre os traços constituintes das sociedades africanas antigas. Subjacente aos apontamentos fica a sugestão de que o engajamento e a militância anticolonial comprometiam a objetividade científica – vista como condição necessária para a validação dos estudos. O argumento central era o de que *Nations nègres et culture* e *Afrique Noire précoloniale* foram escritas no calor da luta anticolonial, onde não se exigia imparcialidade e verdade científica, pois tudo fazia parte de uma “boa guerra”.

Objetividade, neutralidade e critérios científicos passam então a constituir referenciais para o estabelecimento de uma fronteira entre o conhecimento admitido como legítimo e aquele rejeitado como discurso militante ou ideologia. Apenas as hipóteses sujeitas a verificação, e a submissão delas ao crivo do meio acadêmico, podiam garantir sua legitimidade e viabilidade científica. Ao que parece, o temor de Mauny era que, se as ideias diopianas fossem aceitas sem reservas elas poderiam “oficializar uma suma de erros, de exageros que fariam mal aos próprios africanos. Porque agora, e a justo título, se vão reformar os programas de ensino de história africana para que as crianças negras aprendam não a história do povo colonizador, mas sua própria história” (Mauny 1960, 550). O que estava em jogo portanto era a

possibilidade de uma concorrência na interpretação do que deveria ser a história africana, e na definição de quem estava autorizado a interpretar o passado, e por quais meios. Aqui, a distância entre campo disciplinar e livre interpretação torna-se patente, e o encerramento do texto da resenha funciona quase como uma sentença do “tribunal” dos historiadores e pesquisadores “profissionais”:

Quando for lido, sob a assinatura dos egiptólogos modernos que C. A. Diop tem razão e que o Egito antigo era ‘negro’, somente então se poderá reformar os manuais neste sentido. A unidade cultural da África, dos egípcios aos bosquímanos, passando pelos wolof, marroquinos, tuaregues, téda, pigmeus, os zulus, os somalis e os abissínios? Por quê? Só se etnólogos, sociólogos ou outros assim afirmarem (Mauny 1960, 551).

Abstraindo o tom e as implicações pessoais das questões levantadas por Mauny, o que se tem é uma preocupação disciplinar na definição de um campo de conhecimento que estava em formação. Os critérios de objetividade, neutralidade e cientificidade, entretanto, ocultavam o lugar de enunciação dos detentores dos meios de produção intelectuais e a pretensão de monopólio do saber acadêmico admitido. O sentido de seus argumentos é coerente com suas proposições posteriores acerca do “papel cultural eminente” da França na África. Assim como lhe parecia um “dever” corrigir as hipóteses e assertivas “equivocadas” de Diop, também lhe parecia um “dever” centralizar os estudos africanos em Paris até que, aos poucos, a tarefa de fazer história passasse aos historiadores “locais” formados na metrópole – indícios evidentes da continuidade de uma perspectiva colonizadora, de um “racismo epistemológico”.

As críticas de Mauny tiveram, entretanto, respostas de Diop, publicadas no mesmo ano de 1960 no mesmo *Bulletin de l’I.F.A.N.* e republicadas na seção “*Réponse a quelques critiques*” (Resposta a alguns críticos), do livro de 1967 intitulado *Antériorité des civilisations africaines: mythe ou vérité historique?* (Anterioridade das civilizações africanas: mito ou verdade histórica?). Ampliando o debate sobre as noções de raça, patrimônio cultural, parentesco linguístico e relações históricas entre povos africanos, Diop anuncia dar a réplica aos seus críticos não por animosidade pessoal, mas pelo desejo de restaurar a objetividade histórica, através de uma exposição “desprovida de toda paixão”, baseada apenas na “verdade científica”. Não deixa de lembrar, todavia, que os seus contra-argumentos pretendiam demonstrar a falácia de “argumentos de autoridade”.

Cada uma das repreensões ou reparos de Mauny são transcritos página a página, e respondidos com argumentos e demonstrações típicos do debate acadêmico, pelos quais indica que o seu leitor crítico não considerou todas as possibilidades de análise. O ponto maior de divergência entre ambos, o de que o Egito antigo seria determinado racialmente pela mestiçagem (Mauny) ou de que o Egito antigo seria determinado racialmente como negro (Diop), leva a que este último identifique nas interpretações do crítico certa confusão conceitual entre “civilização” e “raça” (Diop 1967, 243), e que não se reivindicava superioridade racial negra no Egito: “aqueles que assim entendem revelam suas próprias disposições intelectuais e morais” (Diop 1967, 246). A reclamação pelos africanos do patrimônio cultural da velha civilização egípcia explicar-se-ia pelo quanto ela poderia revelar de uma continuidade história própria, reiteradamente negada até então:

As disposições intelectuais e afetivas dos negros atuais são os mesmos daqueles que redigiram os textos hieroglíficos das pirâmides e outros monumentos e esculpido os baixos-relevos nos templos. É a partir da África negra, a partir de sua concepção de universo, de suas formas culturais, de suas realidades linguísticas, de suas formas de organização político-social, que se vai reanimar todas essas formas de civilização egípcia mortas hoje para a consciência europeia (Diop 1967, 245).

A reivindicação de uma identidade comum para o Egito e a África negra e a proposição de uma linha de continuidade histórica entre um passado modelar e um presente afetado pelo colonialismo, defendido por Diop, ia de encontro à ideia de um passado “obscuro” que necessitava ser descoberto, defendido por Mauny e pelo *establishment* africanista de base europeia. Não é por mera casualidade que a obra de

divulgação deste último, publicada em Paris no ano de 1970, tenha recebido o nome de *Les siècles obscurs d'Afrique noire: histoire et archéologie* (Os séculos obscuros da África negra: história e arqueologia) (Ndiaye 1999, 240). Nestas posições diametralmente opostas em relação ao passado africano, o conhecimento histórico era forjado em meio a uma arena de combate, e a militância – aberta, no caso do Senegalês; oculta e escudada no campo disciplinar, no caso do francês – era parte integrante do arsenal de argumentos de cada um desses dois fundadores dos estudos africanos francófonos.

Legados e influências

Ao final de uma resenha do livro *Tableau géographique de l'Ouest africain au Moyen Age* publicada na consagrada revista *Annales ESC*, Henri Moniot situava o trabalho de Mauny como o ápice de um tipo de produção acadêmica individual. O tempo sinalizava, todavia, para o trabalho em equipe, dividido em setores especializados nas Ciências Humanas, ao qual Mauny oferecera uma grande contribuição (Moniot 1962, 1235). Em outras palavras: na metrópole, a tendência era reforçar cada vez mais o trabalho em grupo, institucionalizar, centralizar e normatizar os mecanismos de acesso, permanência e reconhecimento por pares, com aposta em projetos multidisciplinares em que o rigor acadêmico seria medido pela qualidade do trabalho científico desenvolvido, linguagem, repertório conceitual e metodológico considerados adequados. Doravante seria o tempo dos laboratórios, centros e núcleos de pesquisa.

Com efeito, Mauny e outros antigos administradores-africanistas representaram a geração intelectual intermediária entre o ocaso do colonialismo e a continuidade do *status quo* acadêmico em bases institucionais consolidadas pela constituição de disciplinas universitárias, centros de pesquisa metropolitanos, periódicos especializados e geridos por rigorosos critérios de acesso e publicação – a cujas regras os jovens intelectuais africanos em busca de formação qualificada deveriam se enquadrar como parte de sua qualificação. Ele atuou como orientador de estudos de nomes importantes dos estudos africanos das décadas posteriores, como os franceses Jean Devisse, Jean-Louis Triaud, Joseph Cuoq, Jean Boulegue e a maliana Madina Ly Tall, entre outros(as).

Nas décadas de 1970-1980 sua posição de autoridade acadêmica era incontestável a quem quer que desejasse realizar estudos sobre as sociedades antigas subsaarianas, como demonstra sua correspondência por mais de duas décadas com o arqueólogo polonês Wladislaw Filipowiak, que dirigiu as escavações e análises do sítio arqueológico de Niani – provável sede de governo do antigo Mali (Fauvelle-Aymar 2013). Pouquíssimo conhecido fora dos circuitos especializados, Mauny teve não obstante papel preponderante na institucionalização dos estudos africanos francófonos, com intensa atuação em núcleos de pesquisa franceses (CHEAM – Centre des Hautes Études sur l'Afrique et Asie Moderne; EHESS – École des Hautes Études en Sciences Sociales), palestras, conferências e congressos na África (Dakar, Abidjan, Johannesburgo, Cidade do Cabo) e na Europa (Lisboa, Varsóvia), além de ocupar cargos importantes, como o de Presidente da Société des Africanistes (1974). Sua vasta rede de contatos, integrada por ex-orientandos, parceiros intelectuais e amigos pessoais revela-se na estruturação da obra organizada em sua homenagem após o seu afastamento das atividades profissionais, intitulada *Le sol, la parole et l'écrit: mélanges en hommage a Raymond Mauny* (O solo, a palavra e o escrito: miscelânea em homenagem a Raymond Mauny), de 1981, na qual participaram 67 colaboradores das mais variadas áreas de investigação, provenientes da Europa, Estados Unidos e África (10 participantes). Aposentado em 1977, teve a sua biblioteca agregada ao acervo do Centre de Recherches Africaines (Centro de Pesquisas Africanas - CRA), e recentemente os seus *Cahiers de terrain* (Cadernos de campo) foram disponibilizados online¹.

De outro lado, a falta de reconhecimento de Diop nos meios acadêmicos hegemônicos não o impediu de ver o seu trabalho valorizado junto a intelectuais africanos e afro-americanos, por quem é considerado pilar essencial do pensamento

¹ No endereço eletrônico <https://mauny.hypotheses.org/a-propos>. Acesso em março de 2020.

negro e africano contemporâneo. Sua proscricção pelo *status quo* intelectual potencializou a identificação de seu nome entre os fundadores de uma concepção contra-colonial. Junto com seus parceiros e aliados, sobretudo Theophile Obenga, Pathé Diagne, Aboubacry Moussa Lam e Babacar Sall, fundou em 1981 na Universidade de Dakar uma “escola africana de egiptologia” baseada em paradigmas endógenos cujos resultados de pesquisa apareceram em publicações na revista *ANKH: Revue d’Égyptologie et des Civilisations Africaines* (ANKH: Revista de Egiptologia e das Civilizações Africanas), de 1992 (Diop 2012, 107-108; Ndiaye 1999, 241).

Reivindicado como fundador da corrente de interpretação conhecida como afrocentrismo pelos afro-americanos, e como teórico essencial do pan-africanismo, sua obra exerceu e continua a exercer forte influência em diversos países africanos e na diáspora negra, garantindo-lhe renome mundial. Em 2012, na preparação do 50º aniversário da publicação de *Nations nègres et culture*, um congresso organizado por jovens pesquisadores africanos na universidade francesa de Rouen, deu origem ao livro intitulado *La conscience historique africaine* (A consciência histórica africana) (Diop; Dieng 2012). Pouco antes de morrer, numa placa comemorativa que lhe foi entregue em Londres ele aparece descrito como o “homem de ciência que maior influência exerceu sobre o pensamento do século XX” (Ela 2012, 12), e logo após a sua morte, ocorrida em 1986, teve o nome atribuído à antiga Universidade de Dakar - cujas portas se mantiveram fechadas para ele durante parte importante de sua vida.

Não obstante, a polêmica envolvendo a sua obra teve desdobramentos nos anos 1990, e continua a dividir a opinião e os julgamentos de intelectuais europeus, africanos e afro-americanos. Na Europa, Alain Froment e sobretudo François-Xavier Fauvelle-Aymar e L. Bouquiaux, restringem os resultados obtidos por Diop ao plano da ideologia e da retórica formal, refutando-a, desqualificando-a, e por vezes ironizando-a (Moniot 1999; Froment 1991; Fauvelle-Aymar 1996). Constituída em sua maior parte por pesquisadores franceses, capitaneados por pessoas vinculadas no período de sua formação ao Centre de Recherches Africaines fundado por Raymond Mauny, a corrente europeia crítica ao afrocentrismo encontra a resistência de intelectuais africanos, em sua maior parte da África ocidental e central, que consideram os ataques ao pensamento de Diop como uma estratégia de poder dos “senhores da verdade” (Ela 2012, 93), de um “africanismo eurocentrista” (Obenga 2013) que se levanta contra a emergência de uma percepção nova e autêntica do passado africano (Nziem 1995, 262), de uma “tomada de consciência da iniciativa histórica” (Fonkoué 2004, 55).

Ao contrário do que em geral acontece em obras que se alinham aos parâmetros de análise estabelecidos na obra diopiana, que se limitam a defendê-los, valorizá-los, Armelle Cressent inova ao dirigir a análise para a obra dos críticos de Cheikh Anta Dio Segundo ele, através de uma estratégia de análise “metodologicamente correta”, os mesmos elementos apresentados para desqualificar o pensamento de Diop aparecem no discurso de François-Xavier Fauvelle Aymar, que, por meios retóricos e sem base em evidências incontestáveis, estabelece uma fronteira intelectual entre um “nós” científico e respeitoso e um “ele” não-científico e racista. A construção dessa mesma fronteira intelectual, que, conforme apontado neste capítulo, já aparece estabelecida no debate levantado por Mauny no início da década de 1960, assinala em uma margem de “cientificidade” um limite entre a “verdade” e o “erro” para, na realidade, legitimar um discurso hegemônico em face de discursos concorrentes (Cressent 2005).

Considerações finais

Ao efetuar uma análise comparativa das trajetórias intelectuais de Raymond Mauny e Cheikh Anta Diop, a intenção foi demonstrar como diversas circunstâncias que extrapolam a vontade e a capacidade de intervenção individual dos sujeitos interfere na definição dos meios empregados para olhar o passado. Essas circunstâncias, por sua vez, dependem do lugar social, político, racial a que os indivíduos estão vinculados, e as estruturas do meio acadêmico funcionam como uma base de sustentação ou de exclusão de tendências consideradas mais ou menos “qualificadas” que serão chanceladas e valorizadas, ou evitadas e rechaçadas.

Da parte de Mauny, cumpre destacar que mesmo não sendo conhecido fora de seu círculo restrito de especialistas, a partir deste círculo a ele foi facultada a capacidade de constituir uma base sólida e respeitável de pesquisa, mesmo que sua obra, de modo geral, se caracterize mais pela síntese e pelo conhecimento e acesso a repertórios documentais do que pela interpretação dos dados obtidos, que Henri Moniot sublinha em tom eufemístico e condescendente ao evocar com surpresa o contraste notado entre a riqueza do quadro analítico enunciado no *Tableau géographique de l'Ouest Africain* e a “modéstia na elaboração e na utilização dos materiais” (Moniot 1962, 1234).

Com Diop ocorreu o contrário. O “cordão sanitário” criado pelos “poderes antropológicos e egiptológicos” (Ela 2012, 93) dificultou o trabalho de institucionalização de um paradigma africano de interpretação histórica, o que ele só pôde fazer dispondo dos meios e estruturas da Universidade nos últimos anos de sua vida. Contudo, conforme assinalam seus admiradores e continuadores na África, malgrado este ostracismo, uma “escola” se constituiu em torno de sua obra no Senegal, Costa do Marfim (Abidjan), Camarões (Yaoundé), Congo-Brazzaville e Congo-Kinshasa, e pela adesão de suas teses por intelectuais e pesquisadores negros no continente americano através do paradigma da afrocentricidade (Bah 2015, 36).

Assim, Mauny e Diop representam tendências maiores de seu tempo e lugar, em perspectivas por vezes convergentes e por vezes divergentes. Ambos circularam pelos mesmos cenários urbanos, culturais e intelectuais (Paris, Dakar), transitaram pelos mesmos espaços de instituições universitárias e de pesquisa (Sorbonne, I.F.A.N.), e podem ter passado até pelos mesmos corredores. Mas nada disso foi suficiente para criar entre eles perspectivas e projetos comuns: o caminho de um foi o do intelectual europeu e branco na África, o do outro foi o do intelectual africano e negro na Europa. Cada um à sua maneira carregou consigo as marcas diferenciais do colonialismo, do racismo, da branquitude e da negritude.

Referências

- AGAI, Jock Matthew. *Samuel Johnson on the egyptian origin of the yoruba*. Thesis (Doctor of Philosophy). University of Kwazulu-Natal, Durban, 2016.
- ASANTE, Molefi Kete. Cheikh Anta Diop. In: AKYEAMPONG, Emmanuel K.; GATES JR., Henry Louis (Orgs.). *Dictionary of African biography*. Oxford: Oxford University Press, 2012, v. 2, p. 214-217.
- BAH, Thierno Moctar. *Historiographie africaine – Afrique de l'Ouest, Afrique centrale*. Dakar: CODESRIA, 2015.
- BALANDIER, Georges. A situação colonial: uma abordagem teórica (1951). In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). *Malhas que os impérios tecem: textos anti-coloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 219-252.
- BARBOSA, Muryatan Santana. *A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)*. Tese (Doutorado em História), FFLCH-USP, São Paulo, 2012.
- BIANCHINI, Pascal. *École et politique en Afrique Noire*. Paris: Karthala, 2004.
- BIYOGO, Grégoire. *Aux sources égyptiennes du savoir*. v. 2 – Système et anti-système: Cheikh Anta Diop et la destruction du logos Classique. S/local: Éditions Menaibuc, 2002,
- BOCOUM, hamady; BECKER, Charles. L'Afrique Occidentale Française et la recherche archéologique. In: *Colloque L'AOF: esquisse d'une integration africaine* (Dakar, 16-23 juin 1995). Dakar: Direction des Archives du Senegal, 1995, p. 1-24.
- BOULEGUE, Jean. Raymond Mauny (necrologie). *Revue Française d'Histoire d'Autre Mer*, Paris, t. 81 n. 305, p. 501-502, 1994.
- BRASSEUR, Gérard. Raymond Mauny. In: DEVISSE, Jean; BRASSEUR, Gérard (Orgs.). *Le sol, la parole et l'écrit: mélanges em hommage a Raymond Mauny*. t. I. Paris: Société Française d'Histoire d'Autre Mer, 1981, p. 01-03.
- BRITO, Alan Alves et alii. História (in)visíveis nas ciências. I. cheikh Anta Diop: um corpo negro na física. *Revista da ABPN*, v. 12, n. 31, 2020. Disponível em <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/791> Acesso em 03/03/2020.
- BRITO, Mário Eugênio Evangelista Silva. *Por uma descolonização da história: a historiografia africana da década de 1950*, Kenneth Onwuka Dike e Cheikh Anta Diop. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História – UFG, Goiânia, 2015.

- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.
- CHEZNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? A propósito da história e dos historiadores*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- CRESENT, Armelle. Cheikh Anta Diop vu de France: épistémologie d'une police de frontières intellectuelles. In: MANDÉ, Issiaka; STENFENSON, Blandine (éds). *Les historiens africains et la mondialisation* (Actes du III Congrès International des Historiens Africains, Bamako, 2001). Paris; Bamako: AHA-Karthala-ASHIMA, 2005, p. 329-342.
- DELAFOSSÉ, Maurice. *Sur les traces probables de civilisation égyptienne et d'hommes de race blanche à la côte d'Ivoire*. Paris: Masson & Cie. Editeurs, 1901.
- DIENG, Amady Aly. Hommage a Cheikh Anta Diop. Un bilan critique de l'Oeuvre de Cheikh Anta Diop. *Canadian Journal of African Studies/Revue Canadienne des Études Africaines*, Ottawa, v. 23 n. 1, p. 151-157, 1989.
- DIOP, Cheikh Anta. *L'Afrique noire précoloniale*. Étude compare des systèmes politiques et sociaux de l'Europe et d'Afrique Noire, de l'Antiquité a la formation des Etats modernes. 2^a édition. Paris: Présence Africaine, 1987 (or. 1960).
- DIOP, Cheikh Anta. Origens dos antigos egípcios. In: MOKHTAR, Gamal (coord.). *A África antiga*. Brasília: UNESCO; SECADI-MEC; UFSCAR, 2011, p. 1-37 (Coleção - História Geral da África, v. 2).
- DIOP, Cheikh Anta. *Anteriorité des civilisations africaines: mythe ou verité historique?*. Paris: Presence Africaine, 1967.
- DIOP, Cheikh Anta. *Le laboratoire du radiocarbone de l'I.F.A.N.*. Dakar: I.F.A.N., 1968.
- DIOP, Cheikh Anta. *Nations nègres et culture: de l'Antiquité nègre égyptienne aux problèmes culturels de l'Afrique Noire d'aujourd'hui*. Paris: Presence Africaine, 1979 (or. 1954).
- DIOP, Cheikh M'Backe. Cheikh Anta Diop: o homem e a obra. In: DIOP, Boubacar Mbaye; DIENG, Doudou (Orgs.). *A consciência histórica africana*. Mangualde: Edições Pedagô; Luanda: Edições Mulemba, 2012, p. 87-110.
- DULUQ, Sophie. *Écrire l'histoire de l'Afrique à l'époque coloniale*. Paris: Karthala, 2009.
- ELA, Jean-Marc. *Cheikh Anta Diop ou a honra do pensar*. Mangualde; Luanda: Edições Pedagô; Edições Mulemba, 2012.
- FAUVELLE, François-Xavier. Cheikh Anta Diop, l'Égypt et l'identité africaine. *Politique Africaine*, Paris, n° 62, p. 103-109, 1996.
- FAUVELLE-AYMAR, François-Xavier. La correspondance entre Raymond Mauny et Wladislaw Filipowiack au sujet de la fouille de Niani (Guinée), capitale supposé de l'empire medieval du Mali. In: IDEM; HIRSCH, Bertrand (Dirs.). *Les ruses de l'historien*. Essais d'Afrique et d'ailleurs en hommage a Jean Boulegue. Paris: Karthala, 2013, p. 331-355.
- FOGOU, Anatole. *Histoire, conscience historique et devenir de l'Afrique: revisiter l'historiographie diopienne*. Fondation Maison des Sciences de l'Homme, n. 60, 2013. Disponível online: <https://wpfmsh.hypotheses.org/445> (acesso em 12/12/2019).
- FONKOUÉ, Jean. *Cheikh Anta Diop au carrefour des historiographies*. Paris: L'Hamattan, 2004.
- FONKOUÉ, Jean. Remarques sur le comparatisme dans l'oeuvre de Cheikh Anta Diop. *Presence Africaine*, Paris, n. 171, 2005, p. 111-118.
- FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não marcada. In: WARE, Ron (org). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004, p. 307-338.
- FROMENT, Alain. Origine et évolution de l'homme dans la pensée de Cheikh Anta Diop: une analyse critique. *Cahiers d'Études Africaines*, Paris, v. 31 n. 121-122, p. 29-64, 1991.
- GALITZINE-LOUMPET, Alexandra. "Le passé indefini: du precolonial en Afrique subsaharienne". *Les Nouvelles de l'Archéologie*, Paris, n. 126, p. 18-23, 2011.
- GNONSEA, Doue. *Cheikh Anta Diop et Théophile Obenga: combats pour la renaissance africaine*. Paris: L'Harmattan, 2003.
- HEUSCH, Luc de. Le rayonnement de l'Égypt antique dans l'Art et la mythologie de l'Afrique occidentale. *Journal de la Société des Africanistes*, Paris, t. 28, p. 91-109, 1958.
- LAM, Aboubacar Moussa. Les migrations entre le Nil et le Senegal: les jalons de Yoro Dyâo. *Annales de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines* (Université Cheikh Anta Diop), Dakar, n. 21, p. 117-139, 1991.
- LAMY, Jérôme. Savoirs militants: essai de définition historique et sociologique. *Cahiers d'Histoire: revue d'histoire critique*, Paris, n. 138, p. 15-39, 2018.

- MAUNY, Raymond. Archéologie du pays yoruba et du Bas-Niger. *Notes Africaines*: Bulletin d'Information et de Correspondence de l'Institut Français d'Afrique Noire, Dakar, n. 56, p. 97-115, 1952.
- MAUNY, Raymond. Du nouveau sur la préhistoire et l'Archeologie de l'Aouker et du Hodh (Mauritanie). *Bulletin de la Société Préhistorique de France*, Paris, t. 48, n. 1-2, p. 78-83, 1951.
- MAUNY, Raymond. Eustache Delafosse – Voyage à la Côte de Guinée, au Portugal et à Espagne. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau, n. 14, p. 181-195, 1949.
- MAUNY, Raymond. La contribution de l'I.F.A.N. pour l'histoire de la découverte portugaise. In: VVAA. *Congresso Internacional de História dos descobrimentos* (Actas). Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante Dom Henrique, 1961, p. 415-420.
- MAUNY, Raymond. Le Centre de Recherches Africaines de la Sorbonne. *Bulletin de l'I.F.A.N.*, Dakar, t. XXVI, n. 1-2, p. 271-273, 1964.
- MAUNY, Raymond. Nations nègres et culture; Les intellectuels doivent étudier le passé non pour s'y complaire mais pour y puiser des leçons; Afrique Noire précoloniale. *Bulletin de l'I.F.A.N.*, Dakar, t. XXII, n. 3-4, p. 544-555, 1960.
- MAUNY, Raymond. Notes on the Sofala-Zimbabwe problem. *The South-African Archaeological Bulletin*, Cape Town, v. 14, n. 53, p. 18-20, 1959.
- MAUNY, Raymond. *Les navigations médiévales sur les côtes sahariennes antérieures à la découverte portugaise*. Lisboa: Centro de Estudos Ultramarinos, 1960.
- MAUREL, Chloé. L'Histoire Générale de l'Afrique de l'UNESCO: un projet de coopération intellectuelle transnationale d'esprit afro-centré (1964-1999). *Cahiers d'Études Africaines*, Paris, n. 215, p. 715-737, 2014.
- MICHEL, Marc. Défense et illustration de l'historiographie française de l'Afrique Noire (c. 1960-1995). *Revue Française d'Histoire d'Autre Mer*, Paris, t. 84, p. 83-92, 1997.
- MONIOT, Henri. L'Afrique de Cheikh Anta Diop. Histoire et idéologie (François-Xavier Fauvelle). *Revue Française d'Histoire d'Autre Mer*, Paris, t. 86, p. 361-365, 1999.
- MONIOT, Henri. Tableau Géographique de l'Ouest Africain au Moyen Age d'après les sources écrites, la tradition et l'Archéologie (Raymond Mauny). *Annales E.S.C.*, Paris, ano 17, n. 6, p. 1231-1235, 1962.
- MUDIMBE, V. Y. *A invenção da África: filosofia, gnose e a ordem do conhecimento*. Mangualde: Edições Pedagô; Luanda: Edições Mulemba, 2013.
- NDIAYE, Saliou. L'appartenance de Cheikh Anta Diop à l'historiographie africaine. *Africa: Rivista trimestrale di studi e documentazione dell'Istituto Italiano per l'Africa e l'Oriente*, Roma, v. 54 n. 2, p. 231-243, 1999.
- NZIEM, Ndaywel. La quête des antiquités et l'avenir de l'Afrique. Une nouvelle lecture de Cheikh Anta Diop et Theophile Obenga. *Africa: Rivista trimestrale di studi e documentazione dell'Istituto Italiano per l'Africa e l'Oriente*, Roma, v. 50 n. 2, p. 249-264, 1995.
- OBENGA, Theophile. *O sentido da luta contra o africanismo eurocentrista*. Mangualde; Luanda: Edições Pedagô; Edições Mulemba, 2013.
- PÉHAUT, Yves. L'Ouest africain au Moyen Age. *Cahiers d'Autre Mer*, Paris, n. 60, p. 407-414, 1962.
- SAGREDO, Raisal. Miradas afrocentristas em torno da africanização do Egito antigo: entre racialização e identidades. *Faces da história*, Assis, v. 4 n. 2, p. 06-27, 2017.
- SANDERS, Edith. The hamitic hypothesis: its origins and functions in time perspective. *Journal of African History*, Cambridge, v. 10 n. 4, p. 521-532, 1969.
- SANOOGO, Kléna; COULIBALY, Nafogo. La problématique des 'tumuli pierriers' au Mali. *Afrique: Archéologie & Arts*, Paris, v. 9, p. 107-112, 2013.
- SECK, Ibrahima. Esclavage et traite des esclaves dans les manuels de l'enseignement secondaire du Sénégal. *Afrika Zamani*, Dakar, n. 15-16, p. 99-124, 2007-2008.
- SHAW, Turstan. Ife and Raymond Mauny. In: DEVISSE, Jean; BRASSEUR, Gérard (Orgs.). *Le sol, la parole et l'écrit: mélanges en hommage à Raymond Mauny*. Paris: Société Française d'Histoire d'Autre Mer, 1981, t. I, p. 109-135.
- STOKES, Eric. The Dakar Seminar on ethno-history. *Journal of African History*, Cambridge, v. 6 n. 2, p. 233-235, 1965.

- THOMAS, Louis-Vincent. De quelques attitudes africaines em matière d'histoire locale (Introduction à une psycho-sociologie de la connaissance historique). In: VANSINA, Jan; MAUNY, Raymond; THOMAS, Louis-Vincent (Eds.). *The historian and tropical Africa* (Studies presented and discussed at the fourth international African Seminar at the University of Dakar, Senegal, 1961). London: New York: Routledge, 2018 (or. 1964), p. 358-374.
- TINE, Antoine. Leopold Senghor et Cheikh Anta Diop face au panafricanisme: deux intellectuels, memes combats mais conflicts d'ideologies? In: BAH, Thierno (Org.). *Intellectuels, nationalisme et ideal panafricain*. Dakar: CODESRIA, 2005.
- VANSINA, Jan; MAUNY, Raymond; THOMAS, Louis-Vincent (eds.). *The historian and tropical Africa* (Studies presented and discussed at the fourth international African Seminar at the University of Dakar, Senegal, 1961). London: New York: Routledge, 2018 (or. 1964).

Cheikh Anta Diop e Raymond Mauny

Artigo recebido em 08/07/24 • Aceito em 03/12/24

DOI | doi.org/10.5216/rth.v27i2.80086

Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado